

Nas questões de 1 a 20, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

#### QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo relativos à organização da administração pública.

- I É correto afirmar que, em função da organização federativa brasileira, a administração pública assume apenas a forma de administração pública federal.
- II No aspecto horizontal, em função do grau de complexidade, a administração pública classifica-se em direta e indireta.
- III As entidades e os órgãos que compõem a administração pública detêm personalidade jurídica de direito público.
- IV No âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), tem-se como exemplo de órgão colegiado o Conselho Tributário Estadual.
- V A SEFAZ é um órgão desprovido de personalidade jurídica que integra a administração indireta estadual.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

#### QUESTÃO 2

Acerca da atual estrutura da SEFAZ, assinale a opção correta.

- A** A Inspeção de Contabilidade e Finanças é um órgão diretamente ligado ao Gabinete do Secretário da Fazenda.
- B** A Coordenadoria de Auditoria Fiscal é um órgão que funciona nos julgamentos de processos administrativos fiscais em 2.ª instância.
- C** A Coordenadoria de Tributação é o órgão competente para o controle das receitas tributárias estaduais.
- D** A Coordenadoria de Arrecadação é um órgão autônomo no âmbito da estrutura da SEFAZ.
- E** A Coordenadoria de Fiscalização é um órgão diretamente ligado ao Departamento de Administração.

#### QUESTÃO 3

Assinale a opção correta.

- A** A instauração do procedimento para a apuração de ato de improbidade administrativa é sempre condicionada à representação do administrado.
- B** Em caso de improbidade administrativa, sujeito ativo é apenas o agente público remunerado pelas entidades e pelos órgãos da administração pública indireta.
- C** Instaurado o procedimento administrativo para apuração de ato de improbidade administrativa, impõe-se, de imediato, o afastamento do servidor público.
- D** Nos termos do disciplinamento legal da tutela da probidade administrativa, a perda da função pública é sanção imposta apenas à modalidade de enriquecimento ilícito.
- E** Dano ao erário e enriquecimento ilícito são modalidades de ato de improbidade administrativa.

#### QUESTÃO 4

À luz do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- I Jurados convocados para a composição do tribunal do júri podem ser considerados particulares em colaboração com a administração pública.
- II Desvio de poder e excesso de poder não são expressões sinônimas no direito administrativo.
- III Considere a seguinte situação hipotética.  
João, agente controlador de arrecadação, inescusavelmente, empurra um contribuinte que indagava acerca da demora de um processo administrativo no setor de arrecadação, configurando-se, tal ato, em um verdadeiro atentado à incolumidade física do administrado.  
Nessa situação, a conduta de João tipifica-se como crime de abuso de autoridade. Como, entretanto, o ato realizou-se no recinto da repartição pública, o servidor estará passível de sofrer, apenas, as sanções administrativas previstas na Lei n.º 4.898/1965.
- IV O controle de improbidade é exercido unicamente pelo Ministério Público.
- V Ocorre excesso de poder quando a intensidade da medida for maior que a necessária para a compulsão do obrigado.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e IV.
- B** I, II e V.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e V.
- E** III, IV e V.

#### QUESTÃO 5

A propósito do poder hierárquico, assinale a opção **incorreta**.

- A** Por intermédio de seu poder hierárquico, a Administração ordena, coordena, controla e corrige as atividades administrativas.
- B** Supondo que o coordenador geral de administração tributária, no uso de suas atribuições, aprove parecer exarado pela Coordenadoria de Tributação, pode-se afirmar que esse ato configura controle hierárquico interno e posterior de ato administrativo praticado por órgão subalterno.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.  
Manuel, servidor público estadual, lotado na Coordenadoria de Arrecadação da SEFAZ, instado formalmente por contribuinte a prestar informações acerca de seus débitos tributários, emite resposta negativa e imotivada.  
Nesse caso, é cabível recurso hierárquico próprio ao coordenador geral de administração tributária.
- D** O controle de um ato administrativo apenas pode ser realizado previamente ou posteriormente à sua emissão.
- E** O controle dos atos da administração poderá ser iniciado por provocação do administrado.

**QUESTÃO 6**

Com relação ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção **incorreta**.

- A** Colocado em disponibilidade, o servidor estável fará jus à remuneração proporcional ao seu tempo de serviço.
- B** Aos servidores ocupantes de cargo público não se estendem direitos sociais como remuneração de hora-extra e adicional noturno.
- C** As regras do regime celetista não podem ser alteradas unilateralmente pelo Estado em desfavor do empregado.
- D** Insuficiência de desempenho é hipótese de perda do cargo público.
- E** Considerando que, atendidas as exigências legais específicas para progressão funcional, Francisco, técnico de finanças, foi conduzido a um nível mais alto na sua carreira, é correto afirmar que este configura um caso de provimento derivado vertical denominado promoção.

**QUESTÃO 7**

Julgue os itens que se seguem.

- I O exercício do cargo de professor por ocupante de cargo técnico, ainda que na mesma esfera da administração pública, configura hipótese de acumulação não permitida pelo texto constitucional.
- II Considere a seguinte situação hipotética.  
José, servidor público estadual, no dever de acompanhamento de informações econômicas e financeiras relativas a um determinado contribuinte, torna público esses dados sem o consentimento do contribuinte.  
Nesse caso, com base no princípio da publicidade dos atos administrativos, é correto afirmar que José não ofendeu a norma do dever de sigilo acerca de assuntos da repartição.
- III Opor resistência injustificada ao andamento de processo é conduta expressamente proibida ao servidor público.
- IV Receber, o servidor público, vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições constitui, em qualquer caso, apenas mera irregularidade administrativa.
- V Nos termos do processo administrativo disciplinar, a demissão é a penalidade administrativa mais grave aplicável ao servidor público que infringe as normas que consubstanciam deveres para com a administração pública.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

**QUESTÃO 8**

Os limites do poder de polícia são demarcados pelo interesse social em conciliação com os direitos fundamentais do indivíduo assegurados pela Constituição da República. Do absolutismo individual evoluímos para o relativismo social.

Hely Lopes Meirelles. *Direito Administrativo Brasileiro* (com adaptações).

Assinale a opção correta, com relação às idéias do texto acima.

- A** O poder de polícia tem como limites apenas os interesses da administração.
- B** O relativismo social é fase anterior ao absolutismo individual.
- C** O interesse social na aplicação da medida de polícia esbarra nos interesses individuais.
- D** Como a polícia administrativa busca o interesse público, não importa se o meio empregado para alcançá-lo ofende direitos fundamentais dos particulares.
- E** No uso do poder de polícia, deve haver conciliação entre o interesse tutelado pela lei e os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

**QUESTÃO 9**

Acerca dos poderes administrativos, assinale a opção **incorreta**.

- A** Instauração, inquérito e relatório configuram as três fases do processo administrativo disciplinar.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.  
Maria, servidora pública estadual, fora punida com advertência pela administração, em razão de conclusão da necessidade da medida pela Comissão de Sindicância instaurada por portaria editada pelo secretário de estado da fazenda.  
Esse caso configura-se em sindicância autônoma, pois ao final do procedimento aplicou-se, de logo, a sanção prevista legalmente.
- C** No mister de ordenar e facilitar os trabalhos administrativos tributários, o coordenador geral de administração tributária poderá editar Portaria CAT arrimada em Decreto do Executivo Estadual.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.  
João, servidor público estadual, processado penalmente por crime de corrupção passiva, em que ficou caracterizada a violação de dever para com a administração pública, fora condenado, sendo-lhe aplicada pena privativa de liberdade de um ano.  
Nessa situação, um dos efeitos da condenação penal será a perda do cargo público.
- E** Considere a seguinte situação hipotética.  
Joana, servidora pública estadual, fora processada penalmente por crime de extravio de livros e documentos administrativos, sendo, então, absolvida por insuficiência de provas.  
Nesse caso, Joana poderá ser punida administrativamente por violação do dever de não retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

**QUESTÃO 10**

No que se refere à responsabilidade objetiva da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- I Para fins de responsabilização objetiva, é irrelevante se o agente público, causador de dano a terceiro, agiu no exercício de sua função pública.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
- Um servidor público estadual deixa de registrar e confirmar o efetivo recolhimento do débito tributário de um determinado contribuinte, que, em razão disso, tem a sua inscrição no cadastro de contribuintes cancelada, submetendo-se, entre os demais efeitos do cancelamento, à apreensão de suas mercadorias em um posto fiscal na fronteira do estado de Alagoas. Irresignado, o contribuinte não efetua o pagamento da multa exigida, sendo, então, suas mercadorias leiloadas em função do escoamento do prazo legal para reavê-las.
- Nesse caso, a administração poderá ser acionada a reparar os danos causados ao contribuinte, podendo aquela, posteriormente, ajuizar ação regressiva contra o agente público, para dele reaver o prejuízo, caso comprove sua culpa ou dolo em não controlar corretamente a arrecadação do crédito tributário.
- III A regra da aplicação da responsabilidade objetiva independe da verificação do nexo causal entre o dano causado a terceiro e a prestação do serviço público.
- IV Na ação de regresso contra o servidor público causador de dano a terceiro, serão perquiridas a culpa ou dolo daquele.
- V Às sociedades de economia mista e às empresas públicas que não executam serviços públicos aplica-se, também, a regra da responsabilidade objetiva.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.                      Ⓒ II e IV.                      Ⓔ IV e V.  
Ⓑ I e III.                     Ⓓ III e V.

**QUESTÃO 11**

Determinado contribuinte, dedicado ao ramo de venda de fogos de artifício, exerce suas atividades em caráter sazonal, especialmente nos meses de junho e dezembro, nos quais é grande a procura por tais artigos. No tocante à cobrança do ICMS, sabendo que a alíquota aplicável ao caso é de 25%, pode-se afirmar que a apuração e pagamento do imposto será feita

- Ⓐ normalmente, pelo contribuinte, e pago até o dia vinte do mês seguinte à efetiva venda.
- Ⓑ antecipadamente, no primeiro posto de fronteira do estado.
- Ⓒ pelo contribuinte, na própria guia de recolhimento, quanto à diferença entre o valor real e o valor estimado, cujo recolhimento se fará no dia anterior ao início das atividades.
- Ⓓ normalmente, por meio de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF).
- Ⓔ provisoriamente, pelo fisco, mediante estimativa do montante das operações e(ou) prestações a serem realizadas, cujo recolhimento se fará no momento da prestação do serviço ou da movimentação da mercadoria para o local da atividade ou estabelecimento provisório.

**QUESTÃO 12**

Considerando que uma sapataria estabelecida em Maceió apurou seu ICMS referente a determinado mês do ano em curso, tendo como resultado um saldo devedor de R\$ 5.500,00, é correto afirmar, quanto aos prazos de pagamento, que o ICMS será recolhido até o

- Ⓐ décimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.
- Ⓑ décimo dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.
- Ⓒ vigésimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.
- Ⓓ vigésimo dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.
- Ⓔ último dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

**QUESTÃO 13**

Certo contribuinte, inscrito no CACEAL, teve mercadorias suas flagradas em trânsito, sem o competente documento fiscal. Flagrado, contestou a exigência do tributo imediatamente, uma vez que, sendo estabelecido, teria direito ao pagamento do tributo no dia estabelecido em regulamento. Nessa situação, o pagamento do tributo deveria ser feito

- Ⓐ na data da ocorrência do fato gerador.
- Ⓑ no dia dez do mês subsequente.
- Ⓒ no último dia do mês em questão.
- Ⓓ na respectiva saída da mercadoria.
- Ⓔ no quinto dia subsequente à quinquena.

**QUESTÃO 14**

Uma empresa dedicada ao comércio de vestuário, sob fiscalização, recebeu cobrança de R\$ 100.000,00 de ICMS, além de multa no valor de R\$ 60.000,00, em função de omissão de saídas (vendas sem nota fiscal). Além de tal irregularidade, o fisco detectou a consignação de valores diversos nas respectivas vias do documento fiscal, sendo cobrado por tal infração o ICMS de R\$ 100.000,00 e multa de R\$ 300.000,00. O contribuinte, resignado, concordou com a autuação, e pediu o parcelamento do débito. Tal parcelamento

- Ⓐ deve ser concedido integralmente.
- Ⓑ não deve ser concedido, em função de infração caracterizada como crime.
- Ⓒ deve ser concedido em parte, especificamente àquela relativa à infração caracterizada como crime.
- Ⓓ deve ser negado apenas na parte relativa à omissão de saídas.
- Ⓔ deve ser concedido apenas à parte relativa à omissão de saídas.

**QUESTÃO 15**

O parcelamento do ICMS será concedido

- A** quando se tratar de imposto com prazo para recolhimento vencido.
- B** ao contribuinte que não esteja regular perante o Cadastro de Contribuintes do Estado de Alagoas ou esteja com a inscrição cancelada.
- C** ao contribuinte que esteja inscrito na dívida ativa do estado.
- D** ao contribuinte que seja participante ou tenha sócio que participe de empresa inscrita na dívida ativa do estado, ou que tenha sua inscrição estadual cancelada.
- E** em casos de débitos relacionados a atos qualificados em lei como crime ou contravenção e daqueles que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.

**QUESTÃO 16**

Uma empresa dedicada ao comércio de estivas e cereais foi autuada por transportar mercadorias com documentação fiscal inidônea, com valores diversos nas respectivas vias, configurando, inclusive, crime contra a ordem tributária. Seu imposto devido é de R\$ 10.000,00 e a multa, de 200% do imposto, corresponde a R\$ 20.000,00. A fiscalização detectou, também, que o contribuinte era reincidente na infração pela segunda vez. Após 25 dias da intimação, o contribuinte procurou a repartição para efetuar o pagamento de uma só vez. Nessa situação, o pagamento do imposto

- A** deverá ser integral, pois não se pode conceder abatimento da multa quando a infração configurar crime contra a ordem tributária.
- B** deverá ser feito com desconto de 70% na multa, sem aplicação da reincidência.
- C** será calculado com acréscimo de 50% sobre a multa original para a primeira reincidência e 10% sobre a multa original para as demais reincidências, sem prejuízo do desconto de 70% sobre a multa.
- D** será calculado com desconto de 42%.
- E** poderá ser parcelado com desconto de 25%, se solicitado em até trinta dias e em até doze parcelas.

**QUESTÃO 17**

Quanto à notificação de débito emitida de ofício pela autoridade fazendária competente, pela falta de recolhimento do imposto lançado pelo contribuinte nos livros fiscais próprios ou na falta de recolhimento do imposto declarado pelo contribuinte, em Documento de Informação Mensal do ICMS (DIM), ou em Desembaraço de Mercadorias Importadas (DMI), assinale a opção correta.

- A** Inocorrendo, no prazo de sessenta dias contados da ciência da notificação de débito, o pagamento ou início de pagamento do imposto devido, a comprovação de quitação do crédito respectivo ou a retificação da declaração do contribuinte, poderá o débito imediatamente ser inscrito na dívida ativa do estado, com os acréscimos e as penalidades legais, sem prejuízo da posterior apuração de quaisquer irregularidades em ação fiscal própria.
- B** O fiscal de tributos estaduais é competente para emitir a notificação de débito no domicílio fiscal do sujeito passivo.
- C** Não abre prazo para impugnação e somente para recurso.
- D** Se não houver pagamento após trinta dias da intimação, o débito será inscrito em dívida ativa.
- E** Se improcedente, não caberá recurso de ofício.

**Texto I – questões 18 e 19**

Em processo administrativo, um funcionário da SEFAZ foi incumbido de formular parecer acerca dos procedimentos atinentes ao seguinte caso: autuação sobre omissão de saídas, com apresentação de defesa tempestiva e apresentação das contra-razões do autuante, com apresentação de documentos novos.

**QUESTÃO 18**

Na situação apresentada no texto I, o referido procedimento implicará

- A** abrir novo prazo para defesa de trinta dias.
- B** remeter, de imediato, o processo para julgamento.
- C** desentranhar os novos documentos, anexados após a defesa, por configurar cerceamento.
- D** abrir novo prazo ao contribuinte, dessa vez de cinco dias.
- E** devolver o processo ao autuante, para diligências.

**QUESTÃO 19**

Na situação descrita no texto I, recebido o processo pela Coordenadoria de Julgamento,

- A** esta deverá julgá-lo em até 180 dias.
- B** este deverá ser julgado pelo auditor fiscal, vedada a aplicação de penalidade.
- C** somente caberá recurso voluntário, se procedente.
- D** poderá haver recurso de ofício, a critério do julgador, se improcedente.
- E** no caso de recurso voluntário ou de ofício, este deverá ser dirigido ao Conselho Tributário Estadual e entregue à Agência de Fazenda Estadual do domicílio do contribuinte, que o remeterá à autoridade autuante, para que esta apresente as contra-razões no prazo de cinco dias.

**QUESTÃO 20**

Determinado processo administrativo, em julgamento em segunda instância, recebeu decisão não-unânime em favor do contribuinte. O Conselho Tributário Estadual (CTE) recorreu de ofício à Instância Especial, exercida pelo Secretário da Fazenda, que decidirá sobre o mérito da questão. Com relação a essa situação e às normas pertinentes, assinale a opção **incorreta**.

- A** As decisões do CTE serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade.
- B** Os interessados tomarão conhecimento prévio da data do julgamento, não sendo facultada a sustentação oral pelo sujeito passivo e pela autoridade autuante, perante o CTE.
- C** Das decisões não-unâнимes do CTE, contrárias à Fazenda, haverá recurso de ofício para o secretário da Fazenda.
- D** Em instância especial, compete ao secretário da Fazenda o julgamento de processos administrativos oriundos do CTE, das decisões não-unâнимes contrárias à Fazenda estadual.
- E** São definitivas as decisões, no círculo procedimental administrativo na segunda instância, quando não estiverem sujeitas a recurso de ofício e o secretário da Fazenda não avocar.